

4to Coloquio Internacional
Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina.
Políticas públicas: posibilidades, obstáculos, y desafíos

Cristiane Mare da Silva - Graziela dos Santos Lima - Franciéle Carneiro Garcês da Silva - Ana Júlia Pacheco - Carol Carvalho

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UDESC) – BRASIL

ENTRE O RACISMO E O SEXISMO: MULHERES AFRODESCENDENTES E AS AÇÕES AFIRMATIVAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SANTA CATARINA

A presente proposta de trabalho, produzida no âmbito das atividades do projeto Espaço de Referência sobre Ações Afirmativas – ERAA da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, tem como objetivo apresentar os resultados de uma sondagem desenvolvida por pesquisadoras associadas do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UDESC), no intuito de produzir informações qualitativas acerca da inserção de alunas afrodescendentes da universidade. Trata-se de uma análise e discussão referente a aplicação de um questionário virtual no “Google Drive” contendo 20 campos a serem respondidos. A coleta de dados se deu por adesão por meio das mídias sociais do NEAB/UDESC, entre os dias 17 a 24 de outubro de 2014. O público alvo foi estudantes de graduação e pós-graduação da UDESC. Ao analisar o perfil de estudantes universitárias afros desejamos qualificar as intervenções revistas no âmbito do projeto ERAA. Para análise do material coletado, nos embasaremos na literatura acerca das relações de gênero, feminista e antirracista e do material produzido sobre ações-afirmativas.

O ERAA foi criado em 2013 com o intuito de ser um espaço de referência e de apoio para os estudantes cotistas do qual a maioria são mulheres, nos sentimos motivadas em compreender quem são as estudantes universitárias afrodescendentes do Campus I da UDESC, quais problemas e dificuldades enfrentam em seu cotidiano e como se dão as relações entre raça e gênero e outras interseções neste espaço universitário e profissional. O projeto é desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC, que foi criado em 2003 com a finalidade de auxiliar universidade na elaboração e desenvolvimento de políticas de promoção de igualdade e respeito à diversidade cultural em Santa Catarina (CARDOSO; GRAZIELA; PACHECO, 2014 p. 26).

Desse modo, pretendemos apresentar algumas considerações acerca da presença destas estudantes afrodescendentes na Universidade do Estado de Santa Catarina, outrossim discutir este estar na UDESC, na interseção de gênero, raça, orientação sexual e classe social em seu percurso universitário. Entendemos que essas condicionantes influenciam em seu cotidiano e em sua vida acadêmica. Na medida em que tais estruturas são ao mesmo tempo o alicerce para a formação da nação brasileira, e estruturais nas relações pessoal e interpessoal. Como sabemos, o Brasil é marcado por uma intensa desigualdade entre brancos e entre as populações de origem africana, essa desigualdade e discriminação é somada com todas as dimensões sociais apontadas. Os dados do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (IPEA) entre 2001 e 2011 nos trazem as seguintes informações: A taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%. As políticas de expansão das universidades, o Prouni, as ações afirmativas, e outras políticas tem contribuído para os avanços nesta área, no entanto as desigualdades raciais que determinam e limitam as trajetórias de jovens negros-as explicam a discrepância dos dados. (2011 p.21)

Neste sentido, um feminismo sensível a estas assimetrias, capaz de contemplar as especificidades de gênero destas mulheres, precisa pensá-las, em toda sua complexidade. Como afirma a Luiza Helena Bairros, Raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser compreendido em sua multidimensionalidade. De acordo o ponto de vista feminista, portanto não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma historicamente determinados. (1995 p.461).

A escolha do Ponto de vista Feminista para a análise deste artigo, se deu no confronto e na elaboração que um discurso contra hegemônico só é possível na compreensão que as mesmas categorias universalistas utilizadas para pensar as mulheres brancas, heterossexuais e de classe média, não são suficientes para todas as experiências que contemplam os vários grupos femininos, igualmente nos indica, que as opressões vividas por estas mulheres só podem ser abarcadas em sua totalidade, ao pensá-las dentro de seu contexto histórico e cultural, sem correremos o risco de enfatizarmos uma estrutura em detrimento a outra, pois todas dialogam entre si, formando as especificidades vividas por estas mulheres, e são igualmente refletidas nas instituições universitárias que na última década passam a recebê-las em maior número.

Para a percepção do contexto histórico que as mesmas vivenciam no Brasil, é necessário recorrermos há alguns dados referentes às políticas para o gênero feminino dos últimos anos, e que causam impacto no destino de nossas protagonistas. O país viveu um momento de fortes campanhas referentes à reeducação sobre o direito das mulheres a viver livres das violências de gênero.

A mobilização dos mais diferentes grupos feministas e a criação de uma Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres que articulou a luta contra a violência de gênero em três dimensões: a lei Maria da Penha, a rede de Proteção às mulheres vítimas de agressão e a rede de saúde para a mulher. Ademais de políticas de distribuição de renda que tem a mulher como receptora, como é o caso do bolsa família onde 95% das chefes dos lares são mulheres. Tudo isso contribuiu indiretamente para que em especial as afros pudessem almejar outros destinos e quebrar ciclos geracionais de empregadas domésticas das quais viviam suas famílias. Contudo, isto não impediu que milhares delas sigam morrendo vítimas de seus namorados e maridos, já que no Brasil 15 mulheres foram mortas por dia entre 2001 e 2011, desse número 60% delas são mulheres afrodescendentes, e entre as agredidas fisicamente 64% das vítimas. (SADER, 2013).

Ao mesmo tempo há doze anos, vivemos os resultados positivos das políticas de ações afirmativas, que vem possibilitando a inclusão em diversos setores de nossa sociedade de afro-brasileiras e indígenas. Dentre eles daremos destaque ao acesso à universidade pública, Universidade do Estado de Santa Catarina.

Em nosso entendimento, a universidade pública é o lugar de acesso gratuito para obtenção de uma educação de nível superior com intuito de garantir uma ascensão social, o desenvolvimento acadêmico e o prestígio para as mulheres afros. Entretanto, uma maior oportunidade não se traduz em um enfrentamento da sub-representação entre estas mulheres. Segundo Pereira et al. (2009, p. 3) “uma das marcas mais significativas do século XX nos países ocidentais foi, sem dúvida, o ingresso maciço das mulheres nas universidades”. Entretanto, “a maior presença das mulheres na universidade não significa necessariamente que está sendo gerada uma transformação no status social atribuído a cada sexo” (PEREIRA et al., 2009, p. 3). Pois, as estudantes afros encontram durante sua jornada acadêmica muitas dificuldades, discriminação, e o racismo institucional.

Muitas dessas mulheres têm ingressado em universidades públicas por intermédio das políticas de ações afirmativas, em especial, as chamadas “cotas raciais”. As cotas podem ser para alunos afros, as chamadas cotas raciais, ou podem ser cotas para alunos de escolas públicas, as chamadas cotas sociais. Conforme explica Silva (2003, p. 20), as ações afirmativas para negros possuem como principal objetivo combater o racismo e seus efeitos duradouros de ordem psicológica, além de introduzir mudanças de ordem cultural e de convivência entre os chamados “diferentes”. Munanga (2001, p.31) também aponta que as chamadas políticas de ação afirmativa são muito recentes na história da ideologia anti-racista, cujo intuito é oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação.

A Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) é uma universidade pública de educação, sem fins lucrativos, que passou a utilizar as ações afirmativas no ano de 2011, embora tenham sido aprovadas em 2009. A instituição tem como objetivo, a produção, preservação e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico, desportivo e cultural por intermédio de atividades de pesquisa, ensino e extensão (UDESC, 2014).

Ademais dos objetivos já citados, também é intuito deste estudo verificar de forma preliminar, qual a situação das estudantes afrodescendentes da UDESC, buscando conhecer sua idade, estado civil, sua situação econômica e familiar, além de estabelecer quais os tipos de discriminação sofrida por estas acadêmicas e seu grau de satisfação com o curso no qual está inserida. Justifica-se que este estudo é de vital importância para entender quais medidas podem ser adotadas para que estas estudantes consigam ter sucesso em sua vida acadêmica, pessoal e profissional.